


ASSUNTO:	AJUSTE FISCAL
ETAPA DE ENSINO: Ensino Fundamental II (6º ao 9º ANO)	Habilidades previstas no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (MS.EF69LP13.s.13) Engajar-se e contribuir com a busca de conclusões comuns relativas a problemas, temas ou questões polêmicas de interesse da turma e/ou de relevância social.
Componente Curricular/Disciplina:	LINGUA PORTUGUESA

O QUE DIZ A PEC EMERGENCIAL

O governo poderá pagar o auxílio emergencial em 2021 sem precisar cumprir as regras fiscais, como limites de gastos e endividamento. O gasto total com o benefício terá que ser de **R\$ 44 bilhões**.

- Como contrapartida ao novo auxílio, a PEC aprimora os gatilhos que são acionados quando os gastos do poder público atingirem um determinado patamar (95% das despesas totais).
- Os órgãos não poderão conceder aumento aos seus servidores, conceder novos incentivos fiscais, realizar concursos ou programas como o Refis.
- Os gatilhos poderão ser adotados pelos estados, municípios e Distrito Federal, mas o acionamento é opcional.
- O governo também terá que diminuir os incentivos fiscais. Ficam de fora o Simples, a Zona Franca de Manaus, Prouni e a cesta básica.
- Uma lei complementar vai regulamentar a sustentabilidade da dívida pública, com indicadores de apuração e medidas de ajustes.
- A PEC introduz regras fiscais definitivas para períodos de calamidade pública, como a pandemia, como contratação sem licitação e uso superavit financeiro para custear o combate à calamidade pública.
- O texto estende de 2024 para 2029 o prazo para que estados e municípios paguem seus precatórios e revoga a compensação paga pela União para a desoneração o tributo das exportações (Lei Kandir)



Arte: Thiago Fagundes/Agência Câmara

5/3/2021

FONTE: <https://www.camara.leg.br/noticias/734250-medidas-de-ajuste-fiscal-causam-polemica-na-analise-da-pec-emergencial/>

Em plena pandemia, surgiram medidas de ajuste fiscal que causaram polêmica na análise da PEC EMERGENCIAL (reportagem do dia 09/03/21), A proposta de Emenda à Constituição 186/19 no Plenário da Câmara, deputados de oposição acusaram o governo de promover uma “chantagem política” ao vincular a votação proposta à aprovação do auxílio emergencial. Já os parlamentares da base governista apontaram para a necessidade de equilibrar as contas públicas.

https://ohs.coc.fiocruz.br/posts_ohs/saude-tem-cura-historico-e-polemicas-que-rondam-o-sus/

EXERCÍCIOS:

Ouvimos muito a respeito da saúde no Brasil, principalmente após a pandemia da Covid 19, os principais temas: a falta de financiamento pelos governos, a qualidade de alguns serviços oferecidos, a escassez de medicamentos, a vacina que foi escalonada, a falta de equipamentos respiratórios, e a falta de leitos. Parcerias entre o sistema público e o privado foram necessários mediante aos crescentes casos e para melhorar o controle sanitário. Dados mostram que a saúde é muito mais do que o atendimento em hospitais e postos de saúde, também gera empregos, realiza pesquisa e inovação tecnológicas e desenvolvimentos, a saúde preventiva, não gera despesa, mas economia.

- 1- Conforme o texto acima, concluímos que o SUS (Sistema Único de Saúde) e a saúde privada se tornaram parceira durante a pandemia? E como ocorreu?

- 2- Na sua opinião o atendimento preventivo, ou seja, antes da doença acontecer de fato gera menos gastos para o SUS? Explique?

- 3- Leia atentamente o post da PEC emergencial e transcreva aquela que configura gasto com despesas da Saúde Pública.

- 4- A PEC emergencial foi criada com o advento da pandemia, e foram gastos aproximadamente quarenta e quatro bilhões de reais, pesquise como foram aplicados esses recursos:
